

MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESUMO EXECUTIVO DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

ITEM 01 – ABERTURA

Aos seis e sete dias do mês agosto do ano de dois mil e três, no Auditório do *Manhattan Plaza Hotel*, situado no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 02, Bloco “A”, Brasília-DF, realizou-se a Centésima Trigésima Terceira Reunião Ordinária do CNS. O Ministro Interino da Saúde **Gastão Wagner de Souza Campos** procedeu à abertura dos trabalhos falando sobre a 12ª Conferência Nacional de Saúde e ressaltando a importância de que represente um marco para a saúde brasileira e para o SUS, com discussão de políticas sociais articuladas na saúde. Falou, também, sobre a trajetória política e humana de **Antônio Sérgio da Silva Arouca** e sua importante atuação no processo da reforma sanitária do país. A propósito, apresentou a proposta do Ministério da Saúde de a 12ª Conferência receber o nome de **Antônio Sérgio da Silva Arouca**. Informou que o ex-Deputado **Eduardo Jorge** assumira a coordenação da 12ª Conferência. Enfatizou, entre outros pontos, a necessidade de garantir uma Política de Profissionalização, com criação de carreiras, plano de cargo e extinção da precarização do trabalho. **Deliberação:** a proposta de a 12ª Conferência Nacional de Saúde receber o nome de **Antônio Sérgio da Silva Arouca** foi aprovada por aclamação.

ITEM 02 – 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE – INFORMES

O Coordenador da 12ª Conferência Nacional de Saúde **Eduardo Jorge** submeteu à apreciação e deliberação do Colegiado aspectos relativos ao formato e à estrutura da 12ª Conferência, a ser realizada de 07 a 11 de dezembro de 2003: **I.** Seminário Internacional em Comemoração aos 25 anos da Conferência de Alma Ata, a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de dezembro de 2003. **II.** Programação da 12ª Conferência. **Deliberação:** a proposta de programação apresentada foi aprovada. **III.** Proposta de composição das Mesas de discussão sobre os temas da 12ª Conferência: **a)** Direito à Saúde; **b)** A Organização da Atenção à Saúde; **c)** A intersectorialidade das Ações de Saúde; **c)** O Financiamento da Saúde; **d)** A Seguridade Social e a Saúde; **e)** As Três Esferas de Governo e a Construção do SUS; **f)** Gestão Participativa; **g)** O Trabalho na Saúde; **h)** Ciência e Tecnologia e a Saúde; **i)** Informação e Comunicação. **Encaminhamento:** após apresentação de sugestões do Colegiado sobre a composição das mesas dos temas supracitados, acordou-se que a Comissão Temática apresentaria sugestões de nomes de especialistas para comporem as mesas de discussão da 12ª Conferência. **IV.** Critérios para escolha de convidados e observadores – proposta de os observadores corresponderem a 10% dos delegados dos Estados e os convidados definidos com base no Regimento Interno da 12ª Conferência. **V.** Proposta de realização de Teleconferência no dia 27 de agosto, no Rio de Janeiro, com o objetivo de divulgar a 12ª Conferência e apresentar extratos dos seus eixos temáticos. **Deliberação:** o Pleno aprovou a proposta apresentada. **VI.** Suplementação Orçamentária para a realização da 12ª Conferência – pedido do Ministério da Saúde de suplementação orçamentária de R\$ 36 milhões. O Coordenador da 12ª afirmou que a suplementação pode ou não ser aprovada. Foi enviada carta do CNS ao Senador **Leomar Quintanilha** (PFL/TO), relator do Projeto, solicitando aprovação de suplementação orçamentária para a realização da 12ª Conferência. **VII.** Logomarca da 12ª Conferência. **Deliberação:** apresentadas as sugestões de logomarca para a 12ª Conferência, o Pleno aprovou, com 11 votos dos presentes, a logomarca do Ministério da Saúde que apresenta o globo da bandeira do Brasil e pessoas no lugar das estrelas. **VIII.** Infra-estrutura: **a)** Hospedagem: proposta de o Ministério da Saúde arcar com hospedagem e alimentação dos trabalhadores de saúde e usuários (75%) e com a alimentação de todos os delegados (três mil). **Deliberação:** o Pleno aprovou a proposta apresentada. **b)** Local de realização da 12ª Conferência: Universidade de Brasília – UnB (custo de 800 mil a 1 milhão de reais) ou Academia de Tênis (custo de 500 mil reais). **Deliberação:** o Pleno delegou à Comissão Executiva e Comissão Especial de Infra-estrutura da 12ª Conferência a escolha do local para a realização da Conferência. **IX.** Regulamento da 12ª Conferência – A programação será discriminada no Art. 3º, Capítulo III do Regulamento. Conselheiro **Artur Custódio M. de Sousa** apresentou proposta de divisão das vagas dos delegados entre os segmentos, conforme o Regimento Interno da 12ª Conferência: Usuários: 296 vagas (60 destinadas a Conselheiros – resta 236 vagas); gestores: 87 vagas (24 vagas destinadas a

Conselheiros resta 63); prestadores: 61 vagas (6 destinadas a Conselheiros – resta 55 vagas); trabalhadores de saúde: 148 vagas (30 destinadas a Conselheiros – resta 118). Descontadas as vagas destinadas aos Conselheiros restam 472 vagas. Com desconto das dezesseis vagas destinadas à Plenária, o número cai para 450 vagas. Apresentou, ainda, as seguintes recomendações: observadores: correspondam a 10% da delegação dos Estados; convidados: definição seja feita conforme o Regimento da 12ª Conferência. A Comissão de Mobilização acompanharia os ajustes necessários na definição dos delegados da 12ª Conferência. **Deliberação:** a proposta apresentada de divisão das vagas dos delegados da 12ª Conferência foi distribuída ao Pleno do Conselho para apreciação e, ser discutida na reunião extraordinária do CNS, a ser realizada no dia 21 de agosto de 2003. **Pareceres da Comissão Especial de Regimento Interno da 12ª Conferência – Conselheira Zilda Arns Neumann** apresentou dois Pareceres da Comissão de Regimento e Regulamento da 12ª Conferência: **a)** Parecer nº 01 – resposta ao recurso apresentado pelo Conselho Municipal de Saúde de Belém-PA. A Comissão apresentou as seguintes propostas para definição de vagas para a Conferência Estadual do Pará: definição de quociente para divisão de vagas para os municípios, considerando o número de habitantes do estado dividido pelo número total de delegados da Conferência Estadual e elaboração de número de ajustes para que cada município tenha um piso mínimo de quatro vagas. O Estado do Pará deverá eleger 88 delegados para a etapa nacional da 12ª Conferência; **b)** Parecer nº 02 - resposta ao ofício apresentado pelo Sindicato dos Servidores do Setor Público de Saúde do Estado do Pará – SINDSESPA. Propostas da Comissão para a Conferência Municipal de Maracanã – PA: definição de quociente para divisão de vagas para os segmentos dos usuários, profissionais de saúde, prestadores de serviço e governo no município, considerando o número total de habitantes dividido pelo número total de delegados da Conferência; definição de número de ajuste para que cada bairro do município e área rural tenha um piso mínimo de quatro vagas e elaboração do Regimento Interno e Regulamento para a Conferência Municipal e as pré-Conferências.

ITEM 03 – 1ª CONFERÊNCIA DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Conselheira **Clair Castilhos Coelho** submeteu à apreciação do Pleno do Conselho o Programa Oficial da 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, bem como propostas de nomes de convidados para a abertura, para compor as mesas e os painéis. Temas das mesas-redondas: **a)** Acesso à Assistência: a relação dos setores público e privado de atenção à saúde; **b)** Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para a Produção de Medicamentos; e **c)** Qualidade na Assistência Farmacêutica, Formação e Capacitação de Recursos Humanos. O Colegiado apresentou sugestões que foram incorporadas ao Programa. A propósito dos delegados da 1ª Conferência de Medicamentos, foi constituída Comissão para elaborar e apresentar proposta de divisão das vagas destinadas a delegados. Conselheiro **Artur Custódio M. de Sousa** explicou que o número de delegados da Conferência é igual a 15%, correspondendo a 178 vagas divididas entre os segmentos da seguinte forma: usuários: 89 (20 vagas destinadas a Conselheiros – restando 69 vagas); prestadores: 18 (02 vagas destinadas a Conselheiros – restando 16 vagas); governo: 26 (08 vagas destinadas a Conselheiros – restando 18 vagas); trabalhadores: 45 (10 vagas destinadas a Conselheiros – restando 35 vagas). Nesse sentido, apresentou proposta de divisão das 138 vagas restantes entre o segmento dos usuários, trabalhadores, governo e prestadores. **Deliberação:** o Pleno aprovou a proposta apresentada. No que se refere aos convidados, propôs que a Comissão Organizadora da 1ª Conferência de Medicamentos indicasse os nomes. Conselheiro **Artur Custódio M. de Sousa** propôs que os segmentos do CNS indicassem representantes para participar da abertura da Conferência de Medicamentos, ressaltando a importância de o CNS também participar da mesa de abertura. **Deliberação:** Aprovada a Recomendação da Comissão Organizadora da 12ª Conferência que recomenda aos Conselhos Estaduais providências a fim de garantir que o retorno dos delegados da Conferência seja a partir do dia 19 de setembro de 2003.

ITEM 04 – SITUAÇÃO DA SAÚDE DO DF

O Assessor Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal **Paulo de Souza** decidiu por não se pronunciar sobre a situação do Distrito Federal, propondo que fossem aguardadas as decisões judiciais sobre as denúncias. Solicitou as atas e as listas de presença das três últimas reuniões do CNS que tratou do tema. O Coordenador do Grupo Tarefa que investigou a situação da Saúde no Distrito Federal **Fausto Pereira dos Santos** recuperou o processo de discussão sobre a situação da saúde do Distrito Federal no âmbito do Ministério da Saúde e falou sobre o trabalho do grupo de avaliação dos processos e denúncias. Explicou que os motivos colocados para a desabilitação do Distrito Federal persistiam e fazia-se necessário definir encaminhamento para a

questão. Conselheiro **Gilson Cantarino O'Dwyer**, representante do CONASS no CNS, falou sobre o processo de discussão do tema no âmbito da Tripartite, reafirmando a posição do CONASS de que as denúncias apresentadas sobre a situação do Distrito Federal referiam-se à assistência, assim, não havia motivos para a desabilitação, mas sim para outros dispositivos. Lembrou que não há consenso na CIT sobre o processo de desabilitação do DF e, por essa razão, o relatório da Comissão não foi aprovado. Reafirmou o encaminhamento de se trabalhar na lógica de prazos para resolver os impasses e não na lógica da desabilitação. O representante do Ministério Público do Distrito Federal de Territórios **Jairo Bisol** citou trechos de pronunciamentos sobre a questão que, na sua opinião, ilustram a gravidade da situação da saúde do Distrito Federal que apresenta problemas como falta de aplicação de recursos, prejudicando o abastecimento de medicamentos e insumos, e desvio de recursos do Fundo de Saúde para fins diferentes do preconizado. Na sua opinião, os problemas encontrados sobre a situação da saúde do Distrito Federal configuram-se em uma *“política ostensiva e deliberada de desmonte do SUS”*. Por fim, entregou à Secretária Executiva do CNS os documentos aos quais fizera referência na sua exposição. O Secretário de Atenção à Saúde – SAS/MS **Jorge José Santos Pereira Solla** fez uso da palavra para propor ao CNS que assuma a existência de indícios de improbidade política do governo do Distrito Federal e, a propósito, falou sobre a Resolução que apóia o afastamento da equipe gestora da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal. Defendeu, nesse sentido, que o CNS aguardasse a decisão judicial sobre o assunto. **Deliberação:** após exaustiva e acalorada discussão, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde aprovou, com 17 (dezesete) votos a favor, a indicação de desabilitação do Distrito Federal na gestão plena do Sistema de Saúde. A proposta de o CNS aguardar a decisão judicial sobre o assunto, para posicionar-se recebeu 01 (um) voto a favor.

ITEM 05 – INFORMES E INDICAÇÕES

INDICAÇÕES:

a) Programa Canal Saúde –Tema: Gestão Participativa. Local: Rio de Janeiro. Data: 13 de agosto – Conselheiro indicado: **Climério da Silva Rangel Júnior**; b) I Seminário do Projeto Buriticipu Saudável – Data: 12 a 14 de agosto – Local: Buriticipu, MA – Conselheiro indicado: **Wander Geraldo da Silva**; c) Seminário Nacional de Plantas Medicinais, Fitoterápicos e Assistência Farmacêutica. Data: 28 de agosto. Horário: 10h. Local: Brasília – DF. Conselheira indicada: **Clair Castilhos Coelho**; e d) Cerimônia de Abertura do 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental – Data: 9 e 10 de agosto – Local: Belém, PA. Indicação: representante da CISAMA.

FORMAÇÃO DA COMISSÃO PARA ELABORAR PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Proposta da Secretaria Executiva do CNS de constituir Comissão, composta por oito componentes (quatro usuários, dois trabalhadores, um gestor e um prestador), com o propósito de elaborar proposta de regulamentação do CNS, a ser apreciada e deliberada pelo Plenário do Conselho.

APROVAÇÃO DE ATAS DO CNS

Item transferido para a 27ª Reunião Extraordinária do CNS, a ser realizada no dia 21 de agosto de 2003.

ITEM 06 – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROGRAMA “FOME ZERO”

A Procuradora Geral da República **Raquel Dodge** falou sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada e o Direito à Liberdade e à Dignidade no Trabalho: erradicação do trabalho escravo e as ações implementadas com vistas a garantir as suas implementações. Explicou que o Direito Humano à Alimentação Adequada é definido em normas institucionais das quais o Brasil é signatário e comprometeu-se a implementar e deve ser exigida a sua implementação por meio de ações do Poder Público. Falou sobre a abertura de Inquérito Civil Público, com o objetivo de verificar os projetos do Governo que visam implementar o direito humano à alimentação adequada. Ressaltou a relevância da contribuição do CNS para melhoria da qualidade nutricional nas ações para implementação do Direito Humano à alimentação. A propósito do Direito Humano à Liberdade e à Dignidade no Trabalho, falou sobre o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, construído de forma interinstitucional e com a participação da social civil, com o propósito de combater as várias formas de escravidão sejam elas: servidão por dívida, trabalho infantil, tráfico de pessoas, tráfico de órgãos, exploração sexual, uso de crianças em conflitos armados, apartheid, entre outras. Apresentou o panorama da situação da escravidão no país, destacando os locais de aliciamento e das propriedades, pessoas envolvidas na fiscalização, local de libertação de trabalhadores, entre outros aspectos. **Encaminhamento:** Após discussão, o Colegiado sinalizou a importância de discutir o tema do Direito Humano à Alimentação Adequada e o Direito à Liberdade e à Dignidade no Trabalho e

Erradicação do Trabalho Escravo na 12ª Conferência.

ITEM 07 – POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Item não apresentado.

ENCERRAMENTO

Definidos esses assuntos, deu-se por encerrada a Centésima Trigésima Terceira Reunião Ordinária do CNS.

DELIBERAÇÕES

01. 12ª Conferência Nacional de Saúde:

a) Aprovada a proposta de a 12ª Conferência Nacional de Saúde receber o nome de **Antônio Sérgio da Silva Arouca**.

b) Aprovada a proposta de Programação para a 12ª Conferência.

c) Aprovada a proposta de realização de Teleconferência no dia 27 de agosto, no Rio de Janeiro, com o objetivo de divulgar a 12ª Conferência e apresentar extratos dos seus eixos temáticos.

02. Aprovados os dois Pareceres da Comissão Especial de Regimento Interno da 12ª Conferência que respondem ao recurso apresentado pelo Conselho Municipal de Saúde de Belém – PA e ao ofício apresentado pelo Sindicato dos Servidores do Setor Público de Saúde do Estado do Pará – SINDSESPA.

03. 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica:

a) Aprovado o Programa Oficial da 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, bem como as propostas de nomes de convidados para a abertura, para compor as mesas e os painéis, considerando as sugestões apresentadas pelo Colegiado.

b) Aprovada a proposta de divisão das vagas destinadas a delegados da Conferência.

c) Aprovada a Recomendação da Comissão Organizadora da 12ª Conferência que recomenda aos Conselhos Estaduais providências no sentido de garantir que o retorno dos delegados da Conferência seja a partir do dia 19 de setembro de 2003.

04. Aprovada, com 17 (dezesete) votos a favor, a indicação de desabilitação do Distrito Federal na gestão plena do Sistema de Saúde.

05. Aprovada a proposta de realizar reunião extraordinária do CNS no dia 21 de agosto de 2003.